

Religiões afro- brasileiras em sala de aula a partir da análise de uma turma de educação de jovens e adultos.

Maria Rejane da Silva¹

Harley Abrantes Moreira²

RESUMO: Esse Trabalho é resultado de uma breve pesquisa realizada em sala de aula com uma turma da 3ª fase da EJA na escola professor Simão Amorim Durando em Petrolina/PE. Nosso objetivo foi analisar o conhecimento desses alunos acerca das religiões afro brasileiras, como as representam e até que ponto as tolera. Bem como mostrar a importância de abordar as religiões de matrizes africanas em sala de aula, afim de que os professores possam com esse tipo de discussão desconstruir antigos conceitos dado a essas religiões. De forma a contribuir para que a escola se torne um espaço democrático, respeitador e reconhecedor da diversidade cultural e religiosa.

Introdução

Durante muito tempo as religiões afro-brasileiras sofreram perseguições e repressões por parte de algumas instituições e grupos sociais, como a igreja, o estado e as classes dominantes. Conceituar as religiões de matrizes africanas como seitas ou uma engenharia demoníaca, associada à magia negra e feitiçaria foi uma constante, principalmente no séc. XIX e meados do XX. Nesse período, nota-se um estado de expansão dessas religiões, onde o Brasil no seu processo de construção de uma identidade negava ou sobrepujava a existência de elementos trazidos pelos negros africanos escravizados, classe entendida como inferiores para os nacionalistas da época que tentavam construir uma identidade “branca” para o Brasil.

Reconhecer a história africana como elemento importante e influente na formação histórica e cultura Brasileira se constitui em algo recente. Até o início da década de 1960, a história das organizações sociais e políticas de grande parte dos povos africanos, assim como suas ricas e diversificadas práticas culturais, eram praticamente desconhecidas.

¹ Autor (a): Graduanda do Curso de História do 6º semestre da Universidade de Pernambuco- Campus Petrolina

² Orientador: Harley Abrantes Moreira- Mestre em história pela UFRN.

No Brasil, entre 1870 a 1950 as elites sociais estavam incumbidas de elaborar o projeto de construção da nação brasileira (SÁ JUNIOR, 2011). Na realização desse projeto essas elites parecem estar fortemente influenciadas por teorias como as de Nina Rodrigues, que em seus estudos etnográficos do negro africano no Brasil defendia a ideia da degenerência física – ocasionada pelo cruzamento entre diferentes raças. Caracterizando assim os mestiços como seres geneticamente inferiores (SKINDMORE, 1976, p. 77). Dessa forma, inserir os negros africanos no projeto da nação brasileira, não correspondia aos interesses da elite.

O tratamento inferiorizante a religião africana, bem como a toda sua história, demanda de um momento em que os responsáveis de construir uma identidade nacional, buscavam como personagens principais os membros da aristocracia rural brasileira, os quais se assemelhavam aos civilizados europeus, cabendo aos negros, índios, pobres brancos e mestiços um papel de coadjuvantes. (SÁ JUNIOR, 2011, p. 48).

Paralelo aos estudiosos que tentavam legitimar a inferioridade do negro, associando-os apenas no referente ao trabalho e servidão; os grupos negros não se mantiveram inertes e conformados a essa situação. É sabido que alguns movimentos negros já se organizavam para lutar pelos seus direitos, severamente renegados. Como resultante das lutas dos movimentos negros no Brasil, temos a aprovação da lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura dos afrodescendentes nas escolas, onde os negros devem ser tratados como sujeitos atuantes na formação histórica brasileira, para que todos os alunos tenham a oportunidade de conhecer a história africana fora de uma visão eurocêntrica que privilegia a história dos “brancos”.

Nessa perspectiva, discutir ou ensinar a história das religiões afro brasileiras no espaço escolar pode ser uma possibilidade de desconstrução de antigos conceitos estereotipantes, negativos, discriminatórios e preconceituosos que ainda possam existir na sociedade atual. No momento em que se discute a escola que queremos, sendo pautada no respeito e reconhecimento da diversidade, da tolerância para com o próximo e em constituí-la como um espaço democrático- falar sobre as religiões afro brasileiras em sala de aula pode ser um ponto de partida para que os alunos conheçam parte de sua história, da história dos negros no Brasil, além de mostrar a sua importância para a formação do universo cultural do País.

Escolhemos como principais objetivos desse trabalho, tentar entender como e por que as religiões de matrizes africanas foram associadas a termos pejorativos e inferiorizantes.

Discutir e apontar caminhos e razões que mostram a necessidade de falar sobre o assunto em sala de aula, como também, analisar o conhecimento dos alunos acerca das religiões afro-brasileiras. Para tratar da História africana, bem como das suas religiões teremos como principais aportes teóricos: Sá Junior (2011) Tramonte (2012), Jensen (2001), Concone (2012) Skindomore (1976), Cunha Junior (2009), Santos (2011), Silva (2004), entre outros, que produziram trabalhos de pesquisa para o entendimento dessas religiões no Brasil e para a importância da sua abordagem em sala de aula.

Religiões afro- brasileiras: Entre perseguições e lutas na sua inserção social.

Em todo o país, nos primórdios do séc. XIX, quando as religiões afro-brasileiras expandiram-se, os adeptos não podiam revelar-se ou organizar-se abertamente, devido às perseguições do estado e da igreja, sob o medo de sofrer violência física e simbólica. “A violência era oriunda dos preconceitos e conseqüentemente perseguição advindos da condição de marginalização e exclusão social de seus primeiros criadores: os negros africanos em situação de escravidão”. (TRAMONTE, 2012, p. 273). Associar a figura do negro africano escravo, bem como suas práticas religiosas a uma imagem negativa, como a de considerar as religiões africanas uma engenharia de obras demoníacas, feitiçaria, bruxaria, entre outras, parece ter sido algo comum naquela época.

Estima-se que um total de 3.600.000 escravos foram transportados da África para o Brasil entre os séculos XVI e XIX (JENSEN, 2001, p. 1 apud BASTIDE, 1978, p. 35). Esse fato faz do Brasil o segundo maior importador de escravos do novo mundo. Os africanos que aqui chegaram foram espalhados por todo o país, mas apesar disso, conseguiram manter alguns laços com sua herança étnica. Uma dessas heranças étnicas são as religiões de matrizes africanas, que atualmente chamamos de afro- brasileiras ou afrodescendentes. Termos mais utilizados na atualidade pelo advento da lei 10639/03 que obriga o ensino da história da África e cultura dos afrodescendentes nas escolas de ensino fundamental e médio, como forma de saldar uma dívida com os negros, colocando- os como parte da formação histórica e cultural brasileira.

Ensinar, discutir, abordar ou reconhecer os negros como parte da nossa formação histórica, relativizando a importância da sua história e cultura constitui-se em algo recente no país, embora os movimentos negros tenham lutado e continuem lutando por alguns direitos que lhe foram negados no passado. As lutas em manter viva a sua história e cultura através da religião pode ser percebida desde o período colonial, quando apesar das perseguições que sofriam, acabaram por sincretizar sua religião a alguns elementos católicos, como forma de manter vivas suas crenças e práticas.

Sendo o Brasil o maior país católico do mundo, crenças e práticas diferentes das exercidas pelo cristianismo foram reprimidas pela igreja católica, passando a considerá-las como um culto aos demônios. Segundo Serafim (2012, p. 265):

Embora no período colonial a igreja católica tenha tolerado os cânticos e as danças dos negros africanos nos dias santos, os transe [Estado de consciência] eram percebidos como formas de possessão demoníaca e associados à bruxaria conforme o modelo europeu, condenada pela inquisição.

As perseguições e repressões aos adeptos das religiões de matrizes africanas pela igreja católica aparecem em alguns momentos na conjuntura de uma ideia subvertida, sob o jugo do ‘alerta de um perigo’.

Na década de 1960, o religioso Kloppenburg, investido da ‘sagrada missão’ de alertar católicos do perigo representado por doutrinas como o espiritismo e a umbanda, escreve em jornais nos quais atacam não apenas os adeptos dessas doutrinas, como também os católicos que delas se aproximavam, e chega até a proclamar a excomunhão destes. (CONCONE, 2012, p. 213).

No processo discriminatório das religiões afro-brasileiras, é possível notar ainda, um preconceito quanto as suas praticas alternativas de saúde. Benzedeiros, curandeiros e feiticeiros tinham seus atos contestados pela medicina oficial, a qual não considerava essas práticas detentoras do poder de cura.

Curandeiros, feiticeiros, benzedeiros e todos aqueles envolvidos com alternativas populares de saúde eram alcunhados com o rótulo indiscriminado de ‘charlatães’ e rejeitados como praticantes de ‘curandeirismo indígena’ e ‘falsa medicina’. (TRAMONTE, 2012, p. 274).

Esse embate entre as práticas alternativas de saúde e a medicina oficial pode ser interpretada sob o viés da competitividade, de uma disputa de mercado, da qual a medicina convencional temia. Tramonte (2012, p. 275) corrobora com essa ideia quando nos diz:

O confronto demonstra que uma medicina baseada em ervas e plantas já contrariava os interesses dominantes, notadamente das elites que exerciam a hegemonia nessa área científica e que temiam ver-se na iminência de disputar espaço profissional com outras concepções de medicina e perder credibilidade, poder, influência e clientes para estas.

A medicina oficial encontrava amparo no código penal de 1940 e nele estava previsto punições para aqueles que estivessem praticando outras formas de exercício da medicina. De acordo com Santos (2012, p. 7), “cabia apenas aos médicos diplomados a prática da medicina [...]; os sujeitos que desenvolvessem algum tipo de prática de cura seriam punidos de forma severa, principalmente os ditos praticantes negros e pobres”. Mesmo sob o medo das punições, os métodos de cura praticados nos terreiros e pelos adeptos das religiões afro-brasileiras eram muito procurados, principalmente pelos chefes de famílias numerosas e escravaria grande, onde o ato de recorrer aos médicos só ocorriam quando suas aplicações falhavam.

Em resposta a uma aceitação significativa da população a essas práticas de curas, os grupos contraditórios logo se encarregaram de dar um sentido negativo a esses ritos. Conforme Sá Junior (2011, p. 71) “a expressão curandeirismo que remetia mais a uma forma de ‘medicina tradicional’ será desmembrada e seu novo congênere, o charlatanismo, se referiria mais ao caráter ludibriador agora também inculcado nos antigos curandeiros”. Passa a existir aí o interesse de associar os atos de curandeirismo a algo enganador e falso.

Portanto, discutir as perseguições e repressões às religiosidades afro-brasileiras, nos ajuda a compreender as concepções dirigidas a elas que muitas vezes foram reelaboradas e transmitidas como verdade, fazendo-se emergir uma memória coletiva negativa com relação aos seus ritos e práticas. Concepções que embora construídas no passado, possam existir no cenário atual.

Religiosidade africana: Caminhos e razões para sua abordagem em sala de aula.

As religiões de matrizes africanas sofreram ou ainda sofrem na atualidade perseguições que parecem demandar de uma falta de conhecimento ou de um conceito negativo, que outrora foi introduzido no imaginário social como “verdade” e que a escola precisa desmistificar para atender a uma pluralidade religiosa existente nesse espaço.

A expectativa de obter-se uma educação pluralista, que se fundamenta em uma relação de respeito, tolerância e no reconhecimento da diversidade cultural, abre um leque de possibilidades de discutirem-se questões sociais e pouco “toleradas” pela sociedade, sendo as religiões afro-brasileiras uma delas. As imagens negativas criadas sobre as religiões de base africana, como sendo uma religião de diabos e demônios causaram medos e intolerância que acabaram produzindo tabus e formas desrespeitosas ao falar dessas religiões. “Falar com respeito não implica em aderi-las ou delas pactuar, apenas consiste em ser democrático e pluralista respeitando todas as formas de valores religiosos presentes na sociedade”. (CUNHA JUNIOR, 2009, p. 97). Nesse sentido, a escola e a educação familiar se tornam importantes nesse processo.

Educar é ensinar a compreender, experimentar e respeitar as diferenças. O ensino e estudo responsável sobre religião devem ser multidisciplinares e multiculturais, sem valorizar, por exemplo, certos padrões que a cultura ocidental e burguesa coloca como universais e superiores. (SILVA, 2004, p. 9).

Diante da pluralidade religiosa que se constitui o Brasil, o estado brasileiro se auto declara laico, livre. Liberdade ainda incipiente nas palavras de Fonseca (2011, p. 127) “O caminho entre igreja e estado não é tão livre como se poderia pensar e que ainda persiste no Brasil, dentro da mentalidade da existência de um estado laico, uma ‘função histórica’ especialmente reservada ao catolicismo”. Abordar as religiões afro-brasileiras pode ser um aporte para que o aluno desmistifique o sentido da homogeneidade, compreendendo que:

Em nenhum período da história houve uma única religião em todo o mundo, como também nunca foram dominantes as atitudes de tolerância no passado da história das religiões. A associação entre estado e igreja é uma dessas formas de intolerância, não deixando por isso mesmo, uma boa lembrança. (SILVA, 2004, p. 2).

As religiões fazem parte da memória cultural e do desenvolvimento das sociedades. Os ensinamentos das religiões não devem ser feitos para defesa de uma religião em detrimento de

outras, mas visando discutir como tema central os princípios, valores e diferenças de cada uma, tendo em vista, sempre- a compreensão do outro. A escola como espaço democrático e diverso, por sua vez, não deve ter preferência por uma religião ou outra e as abordagens sobre as religiões afro-brasileiras, devem seguir a direção do esclarecimento sobre sua importância na cultura brasileira; bem como no intuito de combater preconceitos e racismos contra a população e cultura negra.

Portanto, no momento em que a escola atual tenta se colocar como um espaço democrático, inclusivo e respeitador das diferenças; “o respeito a todas as religiões é parte do dever da escola de formar a sociedade para uma convivência pacífica e confortável a todos” (CUNHA JUNIOR, 2009, p.103).

Conhecendo o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e as crenças, passamos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas, onde todos ouvem e são ouvidos com respeito. Consequentemente, a diversidade se faz riqueza e deve conduzir a compreensão, admiração, respeito e atitudes pacificadoras.

Considerações iniciais da pesquisa

Esse trabalho resulta de uma breve pesquisa realizada na Escola professor Simão Amorim Durando, com uma turma da 3ª fase da EJA (6º e 7º ano) na cidade de Petrolina/PE. Os dados foram obtidos através da aplicação de um questionário a 10 alunos da turma com questões abertas e de proposições múltiplas, as quais consistiam em possibilidades de respostas ao que concerne ao conhecimento/desconhecimento acerca das religiões afro-brasileiras. O questionário continha as seguintes perguntas:

- 1- Qual sua religião?
- 2- Quais as religiões de matrizes africanas você conhece?
- 3- A umbanda e o candomblé são religiões que cultuam:
 - a) Um Deus único
 - b) Vários Deuses

- c) Elementos da natureza
 - d) Demônios
- 4- Para você, o quê as religiões afro brasileiras significam?
- 5- O professor de história abordou as religiões afro brasileiras em sala de aula?
- 6- Os métodos de cura das doenças praticadas nos terreiros significam:
- a) Manifestação cultural
 - b) Prática medicinal
 - c) Charlatanismo
 - d) Feitiçaria e magia
- 7- É importante que o professor fale sobre as religiões afro brasileiras em sala de aula?
- 8- Abordar temas como as religiões afro brasileiras em sala de aula pelo professor em sala de aula o ajudará a:
- a) Compreender a história do negro africano no Brasil
 - b) Reconhecer a diversidade religiosa
 - c) Respeitar e tolerar o próximo com suas religiões e crenças
 - d) Em nada o ajudará

Nosso objetivo foi verificar o grau de conhecimento que essa turma tinha acerca das religiões afro, como as entendiam e até que ponto as tolerava.

O principal problema encontrado foi o da falta de conhecimento dos alunos sobre o tema. Esse fato nos leva a entender que os temas sobre a cultura afro brasileira e africana, especificamente as religiões, ainda não são abordados na escola, embora esteja amparado pela lei 10.639/03.

Outra questão observada foi à falta de discussão sobre o tema por parte dos professores. Situação esta que pode ser explicada desde o próprio desconhecimento dos docentes, a falta de recursos e apoio das secretarias de educação em propor trabalhos voltados para temática, até o próprio desinteresse do professor.

Quanto ao pertencimento religioso, dos dez alunos apenas um não declarou pertencimento religioso, sete declararam-se católicos e dois protestantes. É pertinente observar que nenhum dos alunos se declarou adepto das religiões de matrizes africanas, o qual pode ser interpretado

sob dois vieses: O primeiro pelo que não haja de fato nenhum adepto dessas religiões, e o segundo, pela existência do medo de sofrer discriminação ao se autodeclarar como tal. De acordo com Fonseca (2011, p. 132) “a negação ao pertencimento das religiões de base africana são resquícios de um período em que os adeptos dessas religiões não podiam expressar suas práticas e ritos livremente; [...] “as religiões, especialmente as mediúnicas, enfrentavam em muitos locais coerções por parte do poder público, tendo suas praticas enquadradas como crimes”.

Nas respostas dos alunos, as questões 2 e 3 fica explícito a importância dos educadores discutirem a temática, pois, dos dez alunos entrevistados- seis responderam que não conheciam nenhuma, dois disseram conhecer a macumba, um o espiritismo e o último, o candomblé. Além disso, apontaram as religiões afro como um culto a vários Deuses. O que nos leva a perceber o desconhecimento e a dificuldade em definir as religiões de origem africana.

Na questão quatro, as respostas dos alunos foram: macumba, feitiço, catimbó e centro espírita. As respostas desses alunos evidenciam definições generalizadas sobre as religiões afro brasileiras.

Na questão cinco, apenas um aluno respondeu que o professor já fez abordagens sobre as religiões afro brasileiras, os demais disseram que não. Essa possível aversão dos professores a trabalharem essa temática em sala de aula pode estar ligado a diversos motivos, entre eles, o despreparo para lidar com o tema.

O desconhecimento dos alunos acerca das religiões de matrizes africanas e a influencia dos conceitos difundidos no senso comum, está presente nas respostas dos alunos a questão 6: seis alunos responderam que as práticas de curas praticadas nos terreiros significa feitiçaria e magia; dois responderam que é uma manifestação cultural e os demais definiram essas práticas como charlatanismo. Os conceitos apresentados pelos alunos implicam em definições inferiorizantes.

A criação de conceitos negativos e inferiorizantes das práticas de curas das religiões afro-brasileiras remontam de um período em que os “defensores” do mundo da ordem tentavam combater essas práticas. De acordo com Santos (2011, p.10) “o desejo de controle que pairava

na mente da classe dominante, era o de coibir e controlar crenças que estava fora do âmbito da igreja católica, como também, impedir que a medicina oficial perdesse prestígio frente às práticas dos ditos ignorantes”.

Outro aspecto relevante observado refere-se à intolerância religiosa. As questões 7 e 8 referiam-se a importância de abordar as religiões afro brasileiras em sala de aula e em que esse tipo de discussão o ajudaria. O resultado foi o seguinte: três responderam que é interessante saber e que isso os ajudaria a conhecer a história do negro africano no Brasil. Outros três responderam que sim, falar sobre as religiões afro brasileiras é uma forma de aprender a diversidade cultural brasileira e quatro disseram que não, só tinham interesse em saber sobre as religiões que professam e que a abordagem sobre as outras religiões em nada os ajudaria.

A resposta dos quatro alunos acima citada, é aqui interpretado como uma negação e intolerância ao outro, visto que resposta como essa aponta para comportamentos etnocêntricos e desprezadores da diversidade religiosa. Isso mostra o quanto se faz necessário abordar as religiões de matrizes africanas em sala de aula, para que com esse tipo de discussão, os alunos possam valorizar e respeitar as convicções religiosas do próximo.

Considerações Finais

Nesse artigo buscou-se perceber o conhecimento dos alunos acerca das religiões afro-brasileiras, bem como enaltecer a importância da sua abordagem em sala de aula para compreensão da diversidade étnico religiosa e o respeito no espaço educacional.

O método utilizado e o resultado da pesquisa apresentado aqui não tem uma finalidade quantitativa de representar as ideias de todos os alunos dessa escola ou de toda a cidade. Esse método foi utilizado como forma de uma breve sondagem acerca dos conhecimentos dos alunos dessa turma sobre as religiões afro brasileiras e as respostas apresentadas se torna um

alerta aos docentes para a necessidade de discutir temas históricos que foram esquecidos ou tratados de forma inferiorizante na construção de uma identidade nacional brasileira, que através da luta dos movimentos negros fez eclodir a lei 10.639/03.

A obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afrodescendente nas modalidades de nível fundamental e médio nas escolas ainda são recentes. Embora a lei tenha sido aprovada em 2003, o reconhecimento e valorização das especificidades culturais afro-brasileiras tem sido um postulado desafiador para as escolas.

As discussões em torno das religiões afro-brasileiras devem ser feitas no intuito de proporcionar aos alunos o conhecimento e respeito à diversidade religiosa. Sem valorizar uma religião em detrimento das outras ou no interesse de persuadir na convicção religiosa do outro. A escola como espaço democrático, reconhecedor e tolerante das diferenças exerce um papel importante na construção de uma educação para cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCONE, Maria Helena; REZENDE, Eliane Garcia. Entre passes, plantas e garrafadas: a busca da cura. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido. (Orgs.). **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo, 2012. p. 201-219.

TRAMONTE, Cristiana. Ciência ou fé? Religiões afro-brasileiras e práticas de saúde popular. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido. (Orgs.). **Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais**. São Paulo, 2012. p. 271-290.

SILVA, Eliane Moura. **Religião, diversidade e valores culturais: Conceitos teóricos e a educação para a cidadania**. Revista de estudo da religião, nº2, 2004, p. 1-14.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Candomblés: como abordar esta cultura na escola**. Revista espaço acadêmico- nº 2, 2009. p. 97-103.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Relações e privilégios: estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro. Novos diálogos editora, 2011. 153 p.

JENSEN, Tina Gudrun. **Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização**. Revista de estudos da religião- nº 1, 2001. p. 1-21.

SKINDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, paz e terra, 1976. 332 p.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. Os discursos de controle sobre as práticas religiosas afro-brasileiras na república (1889/1950). Revista brasileira de história das religiões. Anpuh, ano III, n. 9, 2011. p. 41-74.

SANTOS, Lorena Michele Silva. **O olhar repressivo sobre as práticas religiosas afro-brasileiras: Uma curandeira no rol dos réus. Amargosa- BA (1940-1960)**. Disponível em: <www.ufrb.edu.br>. Acesso em: 11 de Outubro. 2012

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL